



**DESNATURALIZANDO:  
CONTRIBUIÇÃO A ESTUDOS  
SOBRE INSTITUIÇÃO  
HISTÓRICO-SOCIAL  
E GEOGRÁFICA DA  
GLOBALIZAÇÃO\***

**DENATURALIZATION:  
THE SOCIAL-HISTORICAL  
AND GEOGRAPHICAL  
INSTITUTION  
OF GLOBALIZATION**



JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS RIBEIRO JUNIOR

---

Acadêmico de Geografia (UFMA), Monitor de Metodologia da Pesquisa em Geografia, Membro do Grupo de Estudos “Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)”  
E-mail: aj\_ramone@hotmail.com

DANNIEL MADSON VIEIRA OLIVEIRA

---

Acadêmico de Geografia (UFMA), Monitor do LEBAC, Diretor de Recursos Humanos da Empresa Júnior de Geografia (GEOTEC)  
E-mail: danielmadson@hotmail.com

HORÁCIO ANTUNES DE SANT’ANA JÚNIOR

---

Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e do Grupo de Estudos “Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente” (GEDMMA), da UFMA  
E-mail: horacioantunes@uol.com.br

---

<sup>(1)</sup>Os autores agradecem ao Núcleo de Assuntos Estudantis (NAE) pelo financiamento recebido e à Profª Márcia Regina Fernandes Braga Santos, do Departamento de Letras/UFMA, pela versão do resumo e palavras-chave em língua inglesa.



## RESUMO

Este artigo discute a naturalização do processo de globalização. Enfocam-se os antecedentes históricos, a expansão e a atualidade da globalização. Discutem-se as justificativas e os métodos apresentados e utilizados pelos atores globais para naturalizar o processo de globalização com base na ótica histórica, social e principalmente, geográfica.

**Palavras-chave:** globalização, Ciência Política, modernidade, natureza da globalização.





## ABSTRACT

This article discusses the naturalization of the globalization process. There is a focus on the historical background, the expansion and the updating of globalization. There is also a discussion about the justification and the methods presented and used to naturalize the globalization process from the historical, social and mainly geographical points of view.

**Keywords:** globalization, Political Science, modern life, nature of globalization.



## 1 INTRODUÇÃO

A Geografia possui diversos conceitos e temas que despertam a curiosidade do geógrafo. Espaço, território, região, lugar e paisagem podem ser mencionados como conceitos fundamentais do raciocínio geográfico. Além disso, temas como política, poder e natureza permeiam as discussões sobre as quais geógrafos se têm debruçado ao longo dos anos. Mas parece que nenhuma dessas temáticas provoca tanto o debate, ultimamente, como o fenômeno da globalização.

A globalização, acontecimento de dimensões multiescalares, tem atraído a atenção dos geógrafos, porque consegue congrega diversos conceitos em consonância com os temas que emergem, sejam eles eminentemente geográficos ou não. A globalização é produzida por meio da história, pela sociedade, no espaço. Suas representações aparecem de forma diferenciada em cada região. Ela apropria os territórios de maneira heterogênea e faz com que os mais diferentes lugares se tornem conhecidos mundialmente. Seus agentes globais alteram constantemente a paisagem. Não obstante, o que enriquece ainda mais o debate sobre o processo globalizatório é o aprofundamento que essa temática provoca nas relações de poder, com a política e com a natureza.

A questão que gira em torno dessa problemática é: por que a globalização é entendida por muitos como um processo espontâneo? Melhor, por que ela é entendida, por alguns leigos e letrados, como um fato natural? A globalização por ser “natural”, é um fenômeno justo? E se ela é “justa”, isso quer dizer que se deve aceitá-la sem maiores questionamentos?

O conteúdo a seguir é resultado dos debates travados durante as aulas de Geografia Política, no curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e discute o processo de globalização. Para tanto, o artigo foi dividido em quatro partes: a primeira trata da globalização enquanto fato histórico, social e geográfico, que se vai instituindo de modo quase imperceptível; as ações expansionistas da burguesia, enquanto agente da globalização são evidenciadas na segunda parte; a terceira atem-se à descoberta da globalização como fenômeno “natural”; na conclusão, que integra a última parte, buscou-se sistematizar e compendiar as informações desse fenômeno demasiadamente complexo, visando contribuir para as discussões acerca da temática globalização.

## 2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: POSSIBILIDADE DE UM CONCEITO E INÍCIO DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização, por mais que não apareça dessa forma, não pode ser entendida como um processo natural. Esse período da humanidade, que tem em um de seus fundamentos o entrelaçamento da uniformidade social, política, econômica e cultural, é o resultado da propagação da velocidade de evolução tanto dos meios de comunicação quanto dos meios de transporte. Contudo, o que está por trás desse famigerado processo é a “necessidade”. A necessidade salientada aqui é da virtude comercial e ideológica do capitalismo. O grande objetivo dessa “necessidade” é, nada mais nada menos, que maximizar o raio de mercados consumidores em seu potencial. De fato, a globalização foi catalisada por alguns fatores que, de certa forma, ajudaram a configurá-la como um “fato espontâneo”: a Revolução Industrial/Tecnológica, o desenvolvimento da internet e o término da guerra fria.

A historicidade da globalização nos permite refletir sobre seus primórdios. Com o mundo ainda por conhecer, “era preciso navegar”. Os europeus, notadamente Portugal e Espanha, lançaram-se ao mar em busca de novos mercados, em busca de especiarias. Firmes em seu posicionamento político-mercantil, os europeus atingiram a África e a América conquistando aquilo que era “necessário”, até então, para o desenvolvimento do capitalismo: escravos (África) e matéria-prima (América).

Com a solidez e a evolução do comércio político-mercantil, a economia moderna precisava encontrar novas formas de reproduzir o capital. Não obstante, o capital precisava também se reproduzir e se instalar nos territórios mais longínquos. Logo, era preciso encontrar uma nova diretriz econômica que atendesse às necessidades potenciais do capitalismo e que possibilitasse a expansão burguesa. Para tanto, a burguesia, que precisava radicar-se como classe revolucionária, tratou de diminuir a influência do mercantilismo (e de certas práticas do referido sistema) para conseguir novos mercados e novos consumidores. Concomitantemente, carecia também de diminuir a gerência do Estado no panorama econômico do território. É nesse cenário, sinteticamente explicado, que surgiu o liberalismo econômico proposto por Adam Smith, doutrina que penetrou o imaginário burguês.

Adam Smith (1723–1790) estava buscando entender a “natureza” da economia capitalista. Visando ao âmago do capitalismo, ele acreditava que as sucessivas inovações tecnológicas causariam o barateamento da produção e conseqüentemente promoveria condições de mercado para

vencer os competidores. A força de seu pensamento deu embasamento moral e teórico para que a burguesia pudesse se expandir. Pinheiro (1995, p. 67) alega que:

Nos séculos XVIII e XIX, sob a influência das ideias liberais de Adam Smith, cada país procurava seu espaço no comércio internacional com base na especialização na produção de mercadorias para as quais tivesse maiores vantagens competitivas, determinadas por fatores naturais, culturais, sociais e históricos. Dessa forma, do Chile exportavam o salitre; do Brasil, o café, o açúcar e os metais preciosos; da América Central, as bananas; da região andina do Peru e Bolívia, os metais preciosos; da Argentina e Uruguai, a carne. O liberalismo econômico fazia parte da estratégia política internacional inglesa, que o empregava com o intuito de conseguir acesso direto aos fornecedores de matérias-primas e aos mercados consumidores mundiais, rompendo com a ordem mercantilista. É interessante ressaltar que, no mesmo período, EUA e Alemanha adotavam políticas protecionistas.

“Especialização”, “vantagem”, “fatores naturais”, “liberalismo econômico”, todos esses termos possuem um amplo significado e consequência. A especialização na produção agravou a divisão do trabalho; a vantagem implicava lucro, privilégio e superioridade; os fatores naturais são aqui entendidos com fatores fisiográficos, tal como a localização de um determinado recurso natural. O liberalismo econômico foi tomado como sinônimo de liberdade burguesa. Dialeticamente, a liberdade de uns tornou-se a prisão de outros. Contudo, uma das informações mais interessantes da doutrina de Smith, o que nos interessa majoritariamente em nossa discussão, é tentar entender o que ele estipulava como “preço natural”:

O preço natural é como se fosse o preço central, em torno do qual os preços de todas as mercadorias estão continuamente gravitando. Acidentes diversos, por vezes, podem mantê-los suspensos muito acima deles, e por vezes os forçam um tanto abaixo. Mas quaisquer que sejam os obstáculos que os impedem de se estabelecer nesse centro de repouso e continuidade, estão sempre tendendo para ele. (SMITH apud KOCHER, 2005, p. 96, nota de rodapé).

Mas o que Smith estaria afirmando ser o “preço natural”? Ou melhor, o que Adam Smith entendia como sendo natural? Uma possível resposta é entender que Smith interpreta como natural o que é justo; portanto, se é justo, é aceitável. Assim nos explica Porto-Gonçalves (2006, p. 51):

Natureza e justiça se tornam quase sinônimos a partir de finais do século XVIII. Adam Smith procura o preço natural, o preço justo, enfim, o real valor das mercadorias. A natureza passa a ser uma espécie de modelo para a sociedade: tal ordem é justa porque está de acordo com a natureza. A natureza, ao contrário dos homens não tem subjetividade, dizem. Portanto, pode ser estudada objetivamente e a compreensão das suas leis, dos seus processos, da ordem que a governa deve servir de ponto de referência para uma sociedade racional, livre das paixões, das ideologias e da subjetividade típica dos homens.

Logo, entendeu Smith, o capitalismo está justificado/absolvido, porque a concentração de riqueza está de acordo com a natureza “natural” e a natureza do sistema, o que o torna, dessa forma, um modelo econômico progressista, ou seja, um modelo no qual “o amanhã é sempre melhor que o hoje”. É preciso então superar o mercantilismo, pois, com os ganhos oriundos da produtividade, poder-se-ia oferecer uma melhor qualidade de vida para a população em geral, além de se acabar com a pobreza. Por conseguinte, esse seria o “caminho natural” do sistema capitalista. Mas, porque o capitalismo tomou então outros rumos? Uma das possíveis respostas é que o homem com seu *self-interest* desvirtuou o “caminho natural”. Adam Smith acreditava que o liberalismo era a saída para a melhoria do mundo, mas não atentou que a própria competição, por ele glorificada por levar os preços das mercadorias à queda, seria responsável pelo acirramento das disputas por mercado.

### **3 GLOBALIZAÇÃO MODERNA, UMA SEGUNDA FASE: DO EXPANSIONISMO BURGUEÊS ÀS POLÍTICAS IMPERIALISTAS**

Essa prática expansionista burguesa terá consequências funestas, como já é sabido. O raio de mercado ampliado pela burguesia, em nível mundial, terá desdobramentos indelévels. Observe-se o que Marx e Engels (2008, p. 49) atestam sobre a ampliação do raio de mercado da burguesia:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. [...] as antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. [...] Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e

dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional desenvolve-se em todas as direções, um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações.

O que Marx e Engels, de certa forma, já alertavam ou constatavam, é sobre a globalização. Todavia, em nenhum momento se verifica que os autores atestam que esse fenômeno ocorre de forma “natural”, ou seja, o ator principal desse fenômeno é sempre evidenciado em suas falas: a burguesia. Hoje as empresas globais e o próprio Estado-nação buscam cosmopolitizar o consumo, a produção. Todos esses agentes sociais objetivam criar necessidades, sem, contudo, satisfazê-las por completo, pois se cria um ciclo vicioso: novas necessidades, novas satisfações.

O sistema capitalista precisa de dimensões mundiais para viabilizar sua produção e reprodução material e intelectual. A tendência do sistema capitalista à expansão contínua das forças produtivas é algo inato à sua constituição. No entanto, contraditoriamente, os obstáculos decorrentes das relações de produção (apropriação privada dos meios e riquezas geradas) explicam as constantes crises do sistema, cujas implicações hoje são mundiais (SANTOS, 2001, p. 175).

A condição multiescalar da globalização é evidente. Outro autor que nos fornece uma enorme contribuição para o entendimento da expansão do capital financeiro, por consequência o fenômeno da globalização, é Rudolph Hilferding (1877–1941). Hilferding interpretava que as necessidades criadas pelo sistema capitalista impetravam a expansão imperialista, fase que seria superior ao próprio capitalismo, nas palavras de Lênin. Aragão (2004, p. 9-10) parafraseando Hilferding, nos esclarece:

De acordo com Rudolph, o “capital financeiro” era o novo estágio do Capitalismo. A concentração e a centralização do capital difundiram a sociedade anônima, como meio de organização, o desenvolvimento de mercados de valores e a expansão do papel dos bancos (financiadores do crescimento industrial). Para ele, estes últimos eram o centro do cenário (Nesse ponto, divergiu de Marx, que os considerava como “adjuntos do processo de produção”.) Hilferding afirmava que, a partir da atuação dos bancos, haveria as fusões, os monopólios e a fixação dos rumos do desenvolvimento industrial.

Esse é, sem dúvida, mais um aspecto que corrobora nossa pretensão de demonstrar que a globalização não é um fenômeno natural, mas que foi instituído historicamente e socialmente no espaço. Se seguirmos o

raciocínio de Hilferding, poder-se-á entender, de uma forma simplificada, que a expansão burguesa do processo de acumulação de capital foi uma tática empregada por esse agente social visando ampliar o raio de mercado (expansão territorial) garantindo dessa forma cada vez mais lucros.

A instituição da globalização está imersa nesse grande caldeirão: naturalização, ideais burgueses, evolução do capitalismo financeiro, superação do mercantilismo, egoísmo, justiça, protecionismo, apropriação do território, políticas imperialistas, belicismo, neocolonialismo, maximização do consumo, progresso, otimização da produção, necessidades insatisfeitas, etc. Mas esse “caldeirão” tem um significado: vontade humana.

Observe-se o caso do sistema escravista-mercantil. Esse tipo de capital consubstanciava os negros na forma de escravos, pois até essa fase de evolução do capitalismo tal diretriz política era lucrativa para o sistema. Depois que o modelo escravocrata não representou mais alta lucratividade (pois ainda temos até hoje resquícios de escravidão), esse sistema teve sistematicamente atenuado seu poder econômico-produtivo. Logo, os negros foram “libertados”, não porque essa atitude seria “natural” ou “justa”, mas foi uma necessidade do capital que está sempre em busca de consumidores potenciais. Essa procura incessante por novos mercados e por recursos naturais acirrou a política imperialista ocasionando as guerras mundiais. Bulik (1996, p. 27) ratifica tal proposição afirmando:

Trata-se, portanto, de ver o processo não apenas pelo seu lado de superação dos Estados nacionais, mas de emergência de novas formas de sociabilidade humana. Acontecimentos como as duas guerras mundiais devem ser lidos como aspectos do processo de globalização [...]

Não se tratará aqui das grandes guerras em si. O interessante é ratificar o pensamento de Bulik e afastar qualquer reducionismo que pondere a globalização como simples superação do Estado-nação. Isso é um equívoco, já que esse fenômeno multiescalar merece ser analisado em suas mais diversas tonalidades. O curioso é ver como essas grandes guerras foram cognominadas: guerras mundiais. Mas será que elas foram mundiais mesmo? Como é sabido pelos estudiosos do assunto a Primeira Grande Guerra envolveu diretamente os EUA e alguns países europeus, a saber: Alemanha, Áustria, França, Inglaterra, Itália e Rússia. Já a Segunda Grande Guerra foi a que chegou a envolver mais incisiva-

mente países fora da Europa, como foi o caso de Japão e Brasil. O importante é perceber que as proporções que os mencionados conflitos adquiriram (principalmente a Segunda Grande Guerra) atestam aquilo que é natural do processo de evolução político-econômico do sistema capitalista: os conflitos em grandes proporções, a potencialização das disputas pelos mercados em nível mundial.

E quanto à ONU? Para Marcovitch (2008, p. 343): “A Organização das Nações Unidas (ONU) nasceu após o segundo conflito mundial para salvar as gerações futuras do flagelo das guerras e preservar a segurança internacional.” Como se percebe, a ONU surgiu tendo “finalidade diplomática”, objetivando evitar conflitos bélico-militares e congregar nações. É sem dúvida um organismo internacional decorrente do processo globalizatório. Mas qual seria o papel da ONU? Essa organização mundial tem capacidade de cumprir suas metas? Lopes (2007, p. 50), citando Hedley Bull, traz uma possibilidade:

O autor percebe, em primeiro lugar, a difícil convivência entre os ideais da justiça e da ordem nos limites de uma comunidade internacional de Estados. A ordem é então compreendida como a perpetuação do sistema westefaliano de Estados em que estamos inseridos. A manutenção da ordem constitui a tarefa a ser desempenhada pelas potências que, por diversos meios (o recurso à força entre eles), promoveriam a continuidade no *status quo*. Por sua vez, as demandas por mudança, geralmente acobertadas pelo mote da “justiça”, costumam vir de Estados fracos, ou das organizações da sociedade civil. O que Bull percebe é que a ONU, organização erigida para “dar cabo à era de flagelo e preservar as gerações vindouras do martírio da guerra”, teria sido concebida para funcionar como um mecanismo central de replicação de valores dos Estados hegemônicos. Após examinar o primeiro capítulo da Carta da ONU, Bull defende a posição de que, no momento de fundação da organização, não se pretendeu dar conta de ideais como a “justiça” ou a “equidade” em nível global, mas, sim, de manter a ordem do pós-guerra.

A pergunta então é: o que fazer com tanta autoridade? Será que essa organização mundial tem agido levando em conta os interesses do mundo ou se encontra impotente diante das disparidades entre as nações que ela julga congregar? A Guerra do Iraque em 2003 é um bom exemplo de como a autoridade da ONU é questionável: nessa época, apesar de a organização ter vetado a ocupação do Iraque, EUA e Reino Unido (que têm direito de veto no Conselho de Segurança) promoveram o ataque contra o Iraque. É importante que haja movimentos que viabilizem a ampliação

do número de membros permanentes do Conselho de Segurança, objetivando que não somente EUA, Rússia, Reino Unido, China e França tenham o poder de decidir o “caminho do mundo”.

#### **4 GLOBALIZAÇÃO ATUAL, CONTEMPORANEIDADE DO FENÔMENO: CIBERESPAÇO E TECNOLOGIA COMO MECANISMOS DE NATURALIZAÇÃO**

A globalização contemporânea conta com muitos princípios e sustentáculos que a conformam como um “fenômeno natural”: a universalização da informação potencializada pela internet; o neoliberalismo com suas vertentes, as transnacionais; a “democracia”; a instituição de um idioma universal; a uniformização cultural e do consumo. Mas, se repararmos bem, o que está havendo é uma imposição de um paradigma único: a ocidentalização/estadunidização do mundo. A internet é uma das ferramentas da tirania da informação. Milton Santos nos ensina (2000, p. 38-39):

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. [...] nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. [...] o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde.

Essa informação é, por sua vez, manipulada pelos atores neoliberais que confundem o tempo todo liberalismo com liberdade, objetivando, ou tentando, aprisionar os que vão contra esse modelo de “livre iniciativa”. A democracia aparece como modelo político representativo e não direto, ou seja, as práticas de “democracia” tornam-se eleitoreiras e não políticas.

Domingues (1999, p. 146), em seu glossário, nos mostra uma conceituação do que deve ser democracia:

É antes de tudo um método de formação de governos e de participação da população nos processos políticos, se bem que seja frequentemente associada também à ideia de “virtudes cívicas”. Costuma-se identificar a Grécia como seu berço – sociedade na qual os escravos se viam excluídos, mas na qual, em compensação, em função de tamanho reduzido de suas cidades-Estados, a democracia podia ser direta. A Ilustração e as revoluções norte-americana de independência e francesa colocaram a democracia na ordem do dia novamente, com

ênfase no conceito de cidadania civil (igualdade perante a lei) e política (direito à participação nos assuntos do Estado), embora esta tenha sido amiúde explicitamente limitada. Muitos autores “neopluralistas” (principalmente Robert Dahl), que destacam o papel dos grupos organizados na definição das políticas públicas, preferem falar de “poliarquia”, conceito que seria mais fiel ao funcionamento efetivo do Estado democrático – dando conta da ampliação do debate e da participação, mas também de suas limitações; outros advogam formas mais participativas de democracia, como, por exemplo, as correntes republicanistas. A “democratização” para a sociologia tem ademais, desde Tocqueville, muitas vezes sido referida como um processo de igualização das condições sociais, o qual caracterizaria a modernidade.

Ora, se o “procedimento natural” – processo independente da vontade dos homens – da evolução política da humanidade (no caso específico, Ocidental) era a adoção da democracia direta tal como era em seu berço, a Grécia, por que razão, motivo ou circunstância, a democracia nos moldes gregos fora deturpada/adaptada? Será que fora somente pelo crescimento das cidades-Estado? A resposta que aparece vai além do crescimento das cidades. A democracia, além de não ser um “modelo natural de política”, fora “adaptada” para atender às necessidades do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, não é interessante para o capitalismo, principalmente no período atual de globalização, a participação direta da população nos processos políticos. As decisões políticas devem ser mascaradas, escamoteadas, deturpadas, adaptadas, pois não deve ser do conhecimento da população que a Política (com “P” maiúsculo) efetuada esteja sendo feita no mercado. Milton Santos (2000, p. 67) nos informa:

A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas nem finalísticas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. [...] Essa “política” das empresas equivale à decretação de morte da política.

Como se não bastasse, a língua inglesa tornou-se uma regra para aqueles que não queriam sentir-se “excluídos do mundo”; sua propagação atingiu escalas antes inimagináveis. Os vasos comunicantes da língua inglesa estão por todos os lados: tecnologia, computação, entretenimento, divulgação e cultura. Sim, a língua de fato da aldeia global tem sido

principalmente o inglês. A maior parte das comunicações, envolvendo todo tipo de intercâmbio, desde as mercadorias às ideias, das moedas, às religiões, realiza-se nessa língua. Grande parte da produção científica, filosófica e artística está formulada nessa língua, por suas versões originais ou por suas traduções (IANNI, 2007, p. 139).

Por fim, mas não menos importante, ocorre o detrimento do cidadão ante o consumidor. O que há de “natural” nisso? Obviamente, não cabe aqui discutir qual seria o modelo ideal de justiça, ou o que seria mesmo justiça, mas, indubitavelmente, o contato do conceito – Justiça – com a razão hegemônica propiciou o distanciamento de uma possível equidade social.

A “espontaneidade” da globalização nos remete ao passado. A existência do ser humano faz-nos pensar em uma “evolução natural multiescalar”: pequenas comunidades, sociedades incipientes, vilas, cidades, Estados, nações, etc. A questão é: se a globalização é um “fenômeno natural”, isso implica afirmar que aquilo que ocorre de forma natural é, por assim dizer, justo. Qual seria então a veracidade dessa afirmativa? É Porto-Gonçalves (2006, p. 52) que nos dá o caminho para chegar à resposta:

O século XIX terá de esperar por Charles Darwin para conseguir uma explicação natural da evolução. Com ele, a evolução fica provada como um processo natural e, portanto, objetivo. [...] A evolução passa a ser concebida como um processo natural, inexorável e independente da vontade dos homens. Tem o seu tempo certo, como uma fruta que não pode ser arrancada antes ou depois do tempo.

Como se vê, a explicação de Darwin para a evolução, atestando-a como um processo natural, caiu como uma luva para todos aqueles que ansiavam por justificar todo um conjunto de desigualdades decorrentes do desenvolvimento do capitalismo, sistema que é, em sua essência, injusto. Não é preciso ir longe: a própria flâmula do Brasil traz o lema do positivismo: “Ordem e Progresso”. O que está embutido nessa afirmação é a manutenção de uma (des)ordem necessária para o progresso, posto que a evolução seja um processo seguro. Os adeptos dessa razão hegemônica veem como “natural” e(ou) “justa” a pobreza, ponderando que essa situação é temporária, mas que é decorrente da evolução do capitalismo e que somente com a globalização as desigualdades e a pobreza seriam atenuadas. Na opinião de Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 47):

Em 1998, os 20% mais ricos do planeta dispunham de 86% do produto mundial, e os 20% mais pobres de apenas 1%. Enquanto isso, a diferença de renda passou de 30 para 1, em 1960, de 60 para 1, em 1990, e de 74 para 1, em 1997. Explica esse aumento das desigualdades a proliferação do desemprego (segundo a OIT, são 188 milhões de desempregados em 2003, ou seja, 6,2% da força de trabalho mundial), do subemprego, dos circuitos ilegais da economia. [...] Basta verificar que 22% da população mundial, ou seja, 1,3 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia, considerado o limiar da pobreza absoluta

É bem verdade que a globalização facilitou a propagação de informações e aproximou as mais diversas culturas. Ela “encurtou” as distâncias e promoveu a integração econômica no mais alto patamar. Consequentemente, esse mesmo processo superexplora a mão-de-obra desprovida de qualificação (política essa inerente à grande parte das empresas transnacionais); faz insurgir movimentos contrários à imposição de um pensamento único (SANTOS, 2000), como o fundamentalismo islâmico (que são taxados de radicais e terroristas, pois não compactuam com os preceitos desse modelo de ordem originário da razão hegemônica). Samuel Huntington fala em “choque de civilizações”, choque que muitas vezes provoca reações nos mais diversos países: a xenofobia (especialmente na Europa Ocidental – Alemanha – e na América Anglo-Saxônica – EUA, para com os latinos). Os riscos financeiros aumentam, pois o neoliberalismo é incapaz de regulamentar os mercados por si só (o Estado torna-se importante e vital para o capitalismo – um bom exemplo é a crise mundial pela qual atravessamos desde o final de 2008). A inclusão precária dos habitantes é reflexo do abandono do *Welfare State*. Apenas poucos possuem acesso a uma qualidade de vida honesta. A fé cega na técnica pragmatiza as ciências (a Geografia, notadamente, não escapa disso). Não há como negar que isso é a globalização em sua essência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a contextualização aferida neste trabalho sobre a desnaturalização do processo de globalização, oriunda da ação conjunta e integrada de atores globais que tentam justificar como natural esse referido processo, ponderaram-se aspectos de valor inestimável, viabilizando de forma satisfatória o conhecimento da realidade da globalização.

Ratificou-se que a globalização pressupõe o aprofundamento das relações sociais, culturais, econômicas e políticas. As velocidades de evolução dos meios de comunicação e de transporte dão sustentáculo empírico para esse modelo de racionalidade. A catalisação da globalização ampliou a necessidade comercial e ideológica do capitalismo, assegurando-a assim como um “fato espontâneo”. Aboliu-se a política mercantil em nome do capital para a criação de necessidades, sem, contudo, satisfazê-las. Viu-se que, com Darwin, a natureza passa então a ser confundida com justiça, viabilizando moralmente o progresso capitalista, pois, em tese, “aquilo que é natural é justo”. Todavia, apontou-se que o liberalismo econômico proposto por Adam Smith não melhorou a qualidade de vida global e muito menos erradicou a pobreza, porque o “caminho natural” fora desvirtuado para atender à criação de outras necessidades do sistema capitalista.

Com efeito, evidenciou-se que a competição, enquanto vetor do liberalismo econômico burguês, acirrou as disputas por mercados mundiais. Os agentes da globalização são então evidenciados: a burguesia com sua filosofia cosmopolita, as empresas globais adquirindo cada vez mais poder e representatividade na vida social de cada consumidor/cidadão e o próprio Estado-nação que aparece teoricamente como “mais fraco” ante as referidas empresas.

Ressalvou-se que uma visão reducionista da globalização ao enfraquecimento do Estado-nação é altamente incoerente, pois esse fenômeno deve ser entendido em sua multiescalaridade. De fato, o “caldeirão” da globalização (doutrinas, teorias, agentes, paradigmas, etc.) tem um significado clarividente: ambição de uma razão. Por isso, o sistema escravista-mercantil fora abolido gradativamente (restando apenas, claro, alguns resquícios de suas existências), e, conseqüentemente, os negros foram libertados, mas não porque era “justo”, não porque era natural, mas porque era uma necessidade do capital, necessidade dessa razão hegemônica.

Sobre a ONU, cabe destacar que tem altíssima importância e autoridade global, contudo esses atributos não refletem o papel da ONU em busca de uma equidade social, mas sim a manutenção da ordem vigente.

Notou-se que o processo de globalização precisa de pivôs que a viabilizem enquanto “fato natural”. Para tanto, há a internet como meio de difusão de informação em massa, o neoliberalismo como paradigma econômico, a democracia (representativa e não direta) como modelo político, a língua inglesa enquanto vaso comunicante universal, bem como a padronização cultural e do consumo. Todos esses fatores nos levam a uma

consideração específica e clara: a ocidentalização do mundo. Essa ocidentalização deturpa toda e qualquer esfera política de ação para atingir seus objetivos funestos, contradizendo-a assim mesmo como um “fato natural”, livre da vontade dos homens. O darwinismo social parece que ainda não foi negado, principalmente pela razão hegemônica que vê a pobreza e a miséria como algo justo, natural, decorrente da evolução do capitalismo.

Por isso tudo, a sociedade global caminha a passos largos ao esfacelamento do mundo. A pobreza e o desemprego aumentam, criam-se cada vez mais miseráveis em nome dessa razão que matou a política<sup>1</sup> e transformou o mercado na primeira, última e única instância de vida do cidadão, transformando este em um consumidor. Entretanto, as desigualdades crescentes nos fazem acreditar que, como disse Milton Santos, uma outra globalização é possível; que essa razão hegemônica não é invencível e que essa ordem social pode e deve ser questionada, pois isso é um dos papéis dos intelectuais. Então um outro possível histórico é plausível, uma vez que, como alertava Nietzsche<sup>2</sup>, o homem é o grande criador das coisas e dos valores. Essas coisas e valores podem parecer e aparecer transcendentais, superiores e, até mesmo, metafísicas aos olhos do próprio homem. Todavia, no íntimo, essa razão hegemônica é a globalização; essas coisas e valores são obras demasiadamente humanas.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, João Carlos Medeiros de. A questão do imperialismo. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 5-14, jul./dez. 2004.

BULIK, Linda. O paradigma da informação na era da globalização. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 5, p. 27-34, nov. 1996.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

<sup>2</sup> NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Humano, demasiado humano**. Tradução de Heloísa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova ordem mundial**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOCHER Bernardo. A construção de um objeto histórico: a economia política da globalização. **Aportes** (revista de la Facultad de Economía – BUAP), año X, n. 8, p. 89-106, ene./abr. 2005.

LOPES, Dawisson Belém. A ONU tem autoridade?: um exercício de contabilidade política (1945-2006). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 50(1): 2007, p. 47-65.

MARCOVITCH, Jacques. ONU no século XXI. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 64, p. 343-348, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Pietro Nasseti. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: M. Claret, 2008.

PINHEIRO, Vinícius C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. In: **Planejamento E Políticas Públicas** Nº 12 - JUN/DEZ DE 1995 pp. 63-88.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 170-198, jul./dez. 2001.